

INCLUSÃO EDUCACIONAL DE SURDOS E AÇÕES COLABORATIVAS

EDUCATIONAL INCLUSION OF DEAF AND COLLABORATIVE ACTIONS

Deize Heloiza Silva DEGRANDE¹

RESUMO: Este artigo apresenta um breve histórico da educação de surdos, decretos importantes e facilitadores que beneficiam as práticas cotidianas dos profissionais da educação. Apresenta por meio de análise literária o que seja trabalho colaborativo no ambiente escolar e como elaborar um Plano de Ensino Individualizado. Tivemos por objetivo compreender a necessidade do trabalho colaborativo e os benefícios da elaboração do Plano de Ensino Individualizado, na inclusão de um aluno surdo. Para tanto expusemos e analisamos a aplicação do trabalho de um intérprete com um aluno surdo do terceiro ano do ensino médio, em que foram realizadas ações colaborativas e plano de ensino individualizado, bem como relatórios relacionados a essas ações. A análise literária e a prática escolar favoreceram uma melhor compreensão sobre as ações colaborativas e criativas entre professores e intérpretes em prol da inclusão. Concluímos que a inclusão educacional de surdos é o fruto das práticas escolares e sociais, que resulta em uma ação reflexiva de todos os envolvidos, contendo em destaque o desenvolvimento e a aprendizagem do aluno. A ação colaborativa entre os professores envolvidos e o Plano de ensino Individualizado são estratégias educacionais que efetivam a inclusão escolar do aluno surdo.

Palavras chave: Ação colaborativa. Educação de surdos. Plano de Ensino Individualizado. Educação Inclusiva.

ABSTRACT: This article presents a brief history of the education of deaf people, important decrees and facilitators that benefit the daily practices of education professionals. It presents through literary analysis what is collaborative work in the school environment and how to elaborate an Individualized Teaching Plan. We aimed to understand the need for collaborative work and the benefits of developing the Individualized Education Plan in the inclusion of a deaf student. In order to do so, we exposed and analyzed the application of the work of an interpreter with a deaf student in the third year of high school, in which collaborative actions and individualized teaching plan were carried out, as well as a report related to these actions. Literary analysis and scholastic practice favored a better understanding of collaborative and creative actions among teachers and interpreters for inclusion. We conclude that the educational inclusion of deaf people is the result of school and social practices, which results in a reflexive action of all involved, with emphasis on student development and learning. The collaborative action between the teachers involved and the Individualized Education Plan are educational strategies that effect the school inclusion of the deaf student.

Key words: Collaborative action. Education for the deaf. Individualized Education Plan. Inclusive Education.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP. Intérprete e tradutora da Língua Brasileira de Sinais pela filantrópica “Som das Mãos” (Mãos que falam), 2010. Pós-graduada, Lato sensu, em Psicopedagogia Institucional pela Faculdade de Tecnologia Paulista, 2015. Pós-graduanda, Lato sensu, Libras: Prática e tradução/intérprete pela UNOESTE de Presidente Prudente, 2021. Graduada em Pedagogia pelas Faculdades Integradas Rui Barbosa de Andradina – FIRB, 2014. E-mail: deize_heloiza@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8790-7024>

<https://doi.org/10.36311/2358-8845.2020.v7n2.p49>



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva brasileira para surdos compreende um processo de grandes lutas e conquistas partindo de uma época em que nem sempre essas pessoas eram considerados como humanos de direitos. No Brasil, uma das grandes vitórias nas políticas públicas de inclusão foi a Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002 que garante a LIBRAS como a Língua Oficial dos surdos, apoiando e incentivando assim a cultura surda (BRASIL, 2002).

A Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96 – LDB) contempla essa realidade ao apresentar que a educação é um direito de todo cidadão, independente de suas necessidades, e dever da família e do Estado, sendo promovida e incentivada em colaboração com a sociedade (BRASIL, 1996). A inclusão de pessoas com deficiência já é uma realidade que não deve ser negada no ambiente escolar, necessitando assim da atenção especial dos profissionais da educação, para que se efetive.

Desta forma, neste trabalho apresentamos ações colaborativas e o planejamento individualizado para a educação de surdos na rede pública de ensino e analisamos a atuação colaborativa entre os profissionais da educação na elaboração de uma rede de saberes para ensinar o aluno com surdez na sala regular. Ponderamos as funções do Plano de Ensino Individualizado (PEI) como ajuste educacional e o esboço das estratégias, adaptações e ações para atender as necessidades próprias para aquisição do conhecimento.

Este trabalho foi realizado a partir da análise literária e da observação empírica de fenômenos do ambiente escolar que promove a inclusão de um aluno surdo.

A temática de inclusão de alunos surdos nas escolas regulares tem crescido, estando os professores despreparados para recebê-los, surgindo assim o interesse em refletir mais profundamente sobre o processo de aprendizagem de surdos na política de inclusão social e educacional.

Os questionamentos que nos conduziram foram: Como o professor da sala regular pode trabalhar em colaboração com a equipe de professores da escola e com o profissional especializado? Como acontecem as ações colaborativas entre professores da sala regular e interprete para beneficiar a aprendizagem de um aluno surdo?

Nesta perspectiva, as hipóteses que tivemos são que professores devem desenvolver um trabalho diferenciado e colaborativo para assegurar a inclusão escolar de alunos com surdez e que seria necessário um Plano de Ensino Individualizado para auxiliar o profissional da educação a ajustar suas práticas e atender as necessidades educacionais do aluno surdo.

Visando compreender a necessidade do trabalho colaborativo e da elaboração de um Plano de Ensino Individualizado, buscamos a partir da literatura, caracterizar o conceito de surdez; o conceito de trabalho colaborativo; verificar os benefícios da elaboração do Plano de Ensino Individualizado a fim de subsidiar reflexões, contribuindo para uma melhor compreensão sobre as ações colaborativas e criativas entre professores e interpretes.

1. REFERÊNCIAL TEÓRICO

1.1 FORMAÇÃO INCLUSIVA SOCIAL E EDUCACIONAL

A Constituição Federal Capítulo II, seção I, art. 205 (BRASIL, 1988) fundamenta que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

E ainda ressalta que o Estado deve garantir, no artigo 208, inciso III, o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Contudo as práticas tradicionais de educação, em que ainda vigora a transmissão de conhecimento e a culpabilização do aluno pelo fracasso ou sucesso escolar; a padronização da sociedade em seres normais ou deficientes como sinônimo de capazes ou incapazes reproduzem conceitos que impedem a eficiência da inclusão da pessoa com deficiência, esquecendo-se de favorecer, na sociedade e na escola, ambientes reflexivos sobre a diversidade, a igualdade e o direito à cidadania.

Segundo Batista e Enumo (2004), a transformação da sociedade é realizada a partir da conscientização e da formação de valores e ideais que visam à reestruturação social, política e mental de todos, pois o princípio da cidadania igualitária “[...] apregoa que todas as pessoas portadoras de deficiências têm o direito de usufruir de condições de vida o mais comum ou “normal” possível, na sociedade que vivem” (BATISTA; ENUMO, 2004, p. 101).

Além disso, é evidente a necessidade de preparação profissional de membros que constituem a instituição escolar, principalmente a formação especializada e de qualidade dos docentes, relacionando-as a políticas públicas que forneçam condições de estruturação adequadas em todos os ambientes sociais e educacionais, atendendo a qualquer cidadão independente de suas dificuldades ou diferenças, pois de acordo com Vieira e Silva (2000, apud MANTOAN, 2009, p. 6), “o princípio democrático da educação para todos, só evidência nos sistemas educacionais que se especializam em todos os alunos, não apenas em alguns deles, os alunos com deficiências”.

Ou seja, só existe inclusão devido às exclusões da sociedade, não apenas as pessoas com necessidades especiais, mas também as de classe baixa, as que apresentam dificuldades em aprender os conteúdos escolares e acabam por desistir da escola, além dos grupos considerados “estranhos” pela sociedade, todos são constantemente discriminados nos dois ambientes (MANTOAN, 2009).

Para que a escola seja inclusiva é necessário estabelecer relações igualitárias na diversidade humana em que é composta a sociedade; e que estas diferenças sejam a contribuição de cada um na atuação do processo do ensinar e aprender no ambiente social e educacional, contemplando a todos, independentes de suas diferenças, culturas, dificuldades, raça ou classe social, motivando o desenvolvimento de práticas de ensino e aprendizagem efetiva.

1.2 INCLUSÃO ESCOLAR E A HISTÓRIA DA DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Segundo a Secretaria da Educação (2014, p. 29), os ouvidos são os órgãos mais sensíveis do ser humano, o qual difere vários tipos de sons e intensidades, pois o ser humano pode ouvir faixas de frequências que variam de 20Hz á 20000 Hz. Nossa audição pode chegar a uma escala de 130 decibéis (liminar da dor). Uma pessoa com surdez severa é capaz de ouvir de 71 a 90 decibéis, enquanto um surdo profundo possui audição de 91 decibéis, ou seja, não é possível entender as falas e diferenciar os sons.

Na antiguidade greco-romana, pessoas surdas eram vistos como animais, maltratados e ignorados, pois segundo estes a comunicação era essencial para se estabelecer a dialética entre o homem e o mundo, entre o homem e si mesmo, sem receber o conhecimento e a sabedoria transmitida pelos ensinantes de forma oral, acreditavam que eles não poderiam desenvolver a reflexão pessoal e sobre o mundo. Eram privados de vários direitos sociais, religiosos e políticos, não podiam casar-se, herdar bens ou serem alfabetizados. Recebendo julgamento penoso, viviam escondidos, eram chamados de lunáticos, não tinham nenhum reconhecimento, geralmente presos e miseravelmente escarnecidos, recebiam a sentença de que não herdariam como os outros, o céu (HONORA; FRIZANCO, 2009).

De acordo com essas autoras, na Idade Média a discriminação religiosa era visível, incapazes de confessar seus pecados por palavras aos representantes da igreja, eram queimados e não possuíam nenhum direito, até o século XII os surdos não podiam se casar.

Algumas pessoas com deficiência auditiva ou com surdez eram solicitados para trabalhar com os monges copiando as escritas sagradas, acreditavam que não sendo alfabetizados e nem capazes de falar ou ouvir não poderiam estabelecer comunicação com os demais, mal sabiam que estes com seus dedos rápidos desenvolveram uma comunicação efetiva, rudimentar, mas de suma importância para os surdos (HONORA; FRIZANCO, 2009).

Honora e Frizanco (2009) ainda ressaltam que essa realidade só começou a se modificar na Idade Moderna, quando alguns reis que não tinham mais herdeiros ao trono (já que ao se casarem com membros da mesma família para preservar a dinastia, mas consequentemente filhos com deficiências, incluindo a surdez) pagavam para que seus filhos fossem ensinados.

Só entre 1453 a 1789, que médicos, filósofos, monges e educadores atribuíram maior importância e atitudes para mudar a ideia errônea de que os surdos não possuem inteligência. Surge assim, segundo Honora e Frizanco (2009) a primeira escola para monges fundada na Espanha pelo monge beneditino Pedro Ponce de Leon em um monastério de Valladolid.

O século XVIII é considerado por muitos o período mais próspero da educação dos surdos. Neste século, houve a fundação de várias escolas para Surdos. Além disso, qualitativamente, a educação do Surdo também evoluiu, já que, através da Língua de Sinais, eles podiam aprender e dominar diversos assuntos e exercer diversas profissões. (HONORA; FRIZANCO, 2009, p. 22).

A partir disso a preocupação de ensinar aos surdos aumentou, mostrando que eles também eram capazes de estabelecer comunicação. Porém muitos estudiosos ainda priorizavam a oralização, muitas escolas queriam que os alunos surdos não utilizassem sinais com as mãos, mas que fizessem leitura labial e pronunciassem as palavras (OLIVEIRA, 2011).

Na Idade contemporânea muitos estudiosos, como Jean Marc Italic, William Wilde e Joseph Toynbee, Alexander Graham Bell, entre outros, passaram a estudar a pessoa surda mais detalhadamente, buscando entender as causas da surdez e a sua forma de pensar. A partir disso surgiram dúvidas sobre a língua de sinais utilizada pelos Surdos comparados à língua oral (OLIVEIRA, 2011).

Em 1880 o oralismo foi imposto como uma nova corrente de educação de surdos pelo congresso em Milão, onde surdos não poderiam mais se comunicar por meio de sinais, mas apenas pela língua oral.

Segundo Soares (1999, p. 1), o oralismo é:

[...] processo educacional pelo qual se pretende capacitar o surdo a compreensão e na produção da linguagem oral e que parte do princípio de que o indivíduo surdo, mesmo possuindo o nível de audição para receber os sons da fala pode se constituir como interlocutor por meio da linguagem oral.

Somente em 1971, no Congresso Mundial de Surdos em Paris, a Língua de Sinais passou a ser novamente utilizada (OLIVEIRA, 2011). Desde então tanto a comunidade surda, quanto professores, intérpretes, familiares e estudiosos da cultura surda vêm alcançando mais espaço nas decisões internacionais pela inclusão, passando a ser vista como pessoas que constroem conhecimentos e não mais anormais ou irracionais.

Hoje temos de ter consciência de nosso papel como educadores, terapeutas e familiares de pessoas com surdez, de que temos de unir e nos empenhar para fazer com que essa barreira comunicativa possa, cada vez mais, se estreitar e possamos viver num mundo com as mesmas oportunidades para todos, independente de suas características. (Honora; Frizanco, 2009, p. 29)

Essas lutas produziram mudanças sociais e em especial na comunidade surda; os valores que existiam como assistência a pessoa com surdez transformaram-se em busca de ações que melhoraram, possibilitando o acesso e a participação destes na sua comunidade e na sociedade de forma autônoma.

Nos dias atuais o surdo busca libertar-se e conseguir assegurar seus direitos, pois seus sinais, sua cultura e sua língua são fundamentais para sua sobrevivência de qualidade, sendo necessário que toda a sociedade se comprometa com a verdadeira inclusão, se reorganize e valorize as diferenças que cada um de nós possuímos.

Segundo Oliveira (2011, p. 56), no Brasil, antes mesmo que alguma escola fosse instaurada para o ensino de sinais aos surdos, já tínhamos em várias regiões, sistemas de línguas de sinais sendo utilizadas pelas comunidades surdas brasileiras. Entretanto, somente em 1855, com a vinda de Eduardo Huet, professor surdo de Paris, sob consentimento de D. Pedro II, que tivemos uma reorganização para uma Língua Brasileira de Sinais mais sistematizada, a partir da mistura da língua de sinais francesa com os sistemas de sinais já utilizados no Brasil, fundando assim a primeira escola Brasileira para pessoas surdas no Rio de Janeiro, chamado de “Imperial Instituto dos Surdos-Mudos”, hoje, conhecido como “Instituto Nacional de Educação de Surdos” – INES, criada pela Lei nº 939 no dia 26 de setembro de 1857.

Atualmente, segundo o decreto nº 5.626 de 22/12/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/ no capítulo IV, artigo 14, no Brasil determina-se que as escolas estejam preparadas para a inclusão:

As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior (BRASIL, 2005).

Desta forma, o País está iniciando a luta para se adequar a recebê-los em suas salas, a partir do incentivo de Leis que regulamentam os direitos da pessoa surda, grades curriculares aos estudantes de licenciatura, interlocutor/ interprete nas salas regulares, cursos básicos de Libras aos professores de classes regulares que possuem alunos que utilizam Libras como primeira língua, cursos on-line e gratuito para todos docentes da rede pública de ensino, livros e materiais didáticos a professores e alunos, salas de recurso para atender aos surdos no contraturno, garantia do direito a saúde e acompanhamento médico para os surdos, palestras com profissionais do MEC.

Em 2005, a partir do decreto 5.626, a Língua Brasileira de Sinais conquistou o reconhecimento de sua estruturação como segunda língua oficial brasileira, como uma língua natural do país, com regras e normas a serem seguidas, possibilitando a padronização da língua em todo território Brasileiro.

Além disso, em 2010, pela Lei nº 12. 319/10 foi-se regulamentado a profissão de tradutor/intérprete de LIBRAS, auxiliando ainda mais a formação de profissionais competentes nas escolas e a divulgação de informações sobre a língua de sinais para um país mais igualitário.

Por fim, hoje, surdos e pessoas com deficiência auditiva lutam para serem aceitos em sua própria sociedade, lutam por mais autonomia em centros públicos e adaptações destes. No entanto, acreditamos que esta proposta só se tornará efetiva quando todos os brasileiros tiverem a oportunidade de aprender a Libras desde sua educação infantil, e as escolas interiorizarem a Libras como uma língua normal, não apenas do professor-intérprete, mas de domínio de todos os funcionários e alunos, já que a Língua Brasileira de Sinais se torna agora, sua segunda língua.

1.3 AÇÕES COLABORATIVAS

O desafiante contexto escolar, em que os surdos fazem parte, requer a elaboração de uma rede de saberes que envolva toda a equipe escolar, além da necessidade de formação inicial e contínua dos profissionais da educação, a adaptação das práticas educacionais e metodologias de ensino e avaliação.

Pois, são pessoas que em situação de aprendizagem escolar necessitam de adaptações nas condições de ensino, e sem alguém que possa interpretar lhe a aula, sua permanência na escola não terá qualquer significado, já que a pessoa surda não poderão compartilhar os resultados de suas aprendizagens (VALLE *et al.*, 2018).

Nesta perspectiva, o professor interlocutor de Libras possui a função de traduzir e interpretar a língua portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais, de forma inteligível e

significativa para ambos, garantindo a veracidade das informações transmitidas entre aluno/professor e vice versa, assegurando o bom entendimento.

Desta forma, integrar um professor especializado em Libras em uma sala de ensino comum, auxiliará e facilitará o processo de ensino e aprendizagem, em uma prática de ensino colaborativo que se caracteriza por:

Uma alternativa de trabalho que envolve a cooperação entre o professor de ensino comum e um do ensino especial, os quais atuam juntos na mesma classe, quando há presença de um ou mais alunos com necessidades educacionais especiais que demandam atenção diferenciada. (MARIN; BRAUN, 2013, p. 53).

Ou seja, o ensino colaborativo é uma estratégia didática inclusiva, o qual haverá dentro da sala de aula, outro professor conhecedor da Língua Brasileira de Sinais para acompanhar o aluno com surdez, auxiliando as comunicações e trabalhando em reciprocidade com o professor titular da sala (ou professores), em que ambos estarão adaptando o elemento do currículo necessário para que o aluno surdo aprenda e se desenvolva.

Entendemos assim que, a ação colaborativa é uma estratégia de trabalho pedagógico de interação de saberes e busca por resoluções de situações problemas que envolva a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno surdo em relação ao currículo do ano escolar em que esteja matriculado.

É também a atuação que envolve o trabalho de todos da equipe escolar, dos que auxiliam esses professores, é a ajuda mútua, é a troca de informações, é a busca de um trabalho mais efetivo e eficaz, é a descoberta de ideias criativas, é o compartilhamento de responsabilidades, é a superação de grandes desafios, já que toda a equipe escolar estará participando ativamente das tomadas de decisões e da verdadeira inclusão.

Cada profissional deve aprender com o outro. O professor da sala possui conhecimento específico da área de saber a qual possui formação, enquanto o professor especialista (neste caso, o interprete) conhece a língua, o histórico e a cultura surda; assim um deve apoiar o outro, devem conhecer as expectativas de aprendizagem, os limites, a melhor forma de avaliar um aluno surdo, que é pré-determinar suas ações para cada aula. O professor da educação comum e o educador especial atuam juntos, com funções previamente definidas, como por exemplo, o professor da sala instrui as atividades de geografia e o interprete interpreta sua fala, faz ligações à forma que o aluno aprende, detecta suas lacunas de aprendizagem, esclarece-as, liga os conhecimentos prévios aos novos e ilustra com exemplos.

A direção da escola, por sua vez, deve preparar seus profissionais para incluir um aluno surdo, para superar os medos diante as tensões causadas pelo novo método de ensino, principalmente os professores, já que muitos estão despreparados para participar de um trabalho colaborativo, e sentem-se incomodados e vigiados pelo professor interprete que assistirá e interpretará todas suas aulas. Compartilhar saberes pode ser uma tarefa árdua para aqueles que estão habituados a trabalhar individualmente com sua sala e com suas próprias técnicas.

A equipe gestora deve compartilhar com a equipe esses receios, auxiliar no planejamento das aulas, elaborar metas de ensino, instruir, buscar soluções perante a experiência de cada membro, levar a todos maior conhecimento sobre a cultura surda, desenvolverem

juntos técnicas de avaliação das habilidades e competências do aluno, buscar ajuda de outros profissionais quando preciso (como psicólogos e fonoaudiólogos).

Por isso, é preciso estratégias colaborativas que visam à formação contínua e permanente dos professores, para que se qualifiquem profissionalmente e ampliem a capacidade de refletir sobre suas práticas, adaptando-se as mudanças necessárias do seu campo educacional.

Além disso, é necessário resgatar a participação familiar na vida escolar deste aluno, muitas informações e planejamentos são construídos através da análise do aluno e das suas vivências. A família de um aluno surdo poderá relatar com mais clareza as facilidades, bloqueios e expectativas de aprendizagem que ele apresenta, comportamentos e atitudes incompreendidas podem ser explicados, e métodos procedimentais podem ser incorporados pelos docentes.

Por fim, o sucesso da educação inclusiva necessita do trabalho colaborativo de todos os funcionários da escola, da relação recíproca com a família e principalmente da colaboração entre professores do ensino comum e do professor intérprete. Para desenvolver a formação contínua desses profissionais é preciso projetos pedagógicos, como Planos Educacionais Individualizados (PEI) para nortear e organizar as adaptações curriculares que contemplem as demandas de cada aluno a partir de objetivos estabelecidos para a turma, de forma a oferecer parâmetros mais claros a serem atingidos (GLAT; PLETSCHE, 2011, p. 22).

1.4 PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO

O PEI é um instrumento que direciona e norteia o trabalho dos professores, que recorrem a ele para elaborar suas aulas, como avaliar um aluno com especificidades em consonância com o que é proposto pelo currículo e em relação ao desenvolvimento e aprendizagem que se almeja alcançar.

Pois, para que haja desenvolvimento e aprendizagem do aluno surdo, toda a equipe de professores que trabalham com ele devem ter ações comuns e interligadas com o objetivo de que as habilidades previstas para o ano escolar sejam apreendidas. Essas habilidades devem ser claras e estarem visíveis em um PEI e os profissionais envolvidos devem ter ações colaborativas de elaboração, execução e avaliação desse plano.

Segundo Glat (2012, p. 7), o PEI deve possuir informações básicas (nome, idade, quanto tempo esta na escola, limitações), e as mais relevantes sobre o aluno (aprendizagens já consolidadas, dificuldades apresentadas, objetivos para este aluno, metas e prazos, adaptações curriculares e envolvidos na elaboração do plano).

Além disso, Glat (2012, p. 84) caracteriza o PEI como:

Um registro avaliativo escrito, formulado em equipe, que busca as respostas educativas mais adequadas para as necessidades específicas apresentadas em processos de escolarização de estudantes que exigem caminhos alternativos para sua aprendizagem.

Ou seja, é uma ferramenta que auxilia as ações pedagógicas por meio de informações do discente, de seus interesses, capacidades, habilidades e dificuldades que necessitam ser sanadas, de prioridades no ensino que encaminhará a prática decente (como ensinar, em que momento ensinar, como ensinar e quais materiais devem ser usados), é um acompanhamento

sobre as necessidades educacionais do aluno, onde estão descritos ideias para facilitar e apoiar aos docentes colaboradores para um processo de ensino e aprendizagem mais eficaz.

Para melhor definir as características do Plano Educacional Individualizado iremos analisar um exemplo que aplicamos em uma escola estadual do Estado de São Paulo, com um aluno surdo de 18 anos, no terceiro bimestre do terceiro ano do ensino médio. Para a elaboração do PEI considerou-se três etapas básicas:

1. A identificação, que é a avaliação preliminar para a identificação do aluno com necessidades específicas, considerando as possíveis adaptações curriculares e mudanças ambientais;
2. A avaliação, em si, denominada de avaliação compreensiva, que busca determinar quais as necessidades educacionais, considerando o que o aluno já sabe. Tais constatações apontam para a elaboração de um Plano Educativo Individualizado (PEI);
3. A intervenção, que é a aplicação do Plano Educativo Individualizado com reavaliação do aluno. (CRUZ; MASCARO; NASCIMENTO, 2011, p. 4).

A trajetória escolar dos surdos, como vimos, é marcada pela desigualdade, assistencialismo e desvalorização humana, a qual traz consigo falhas no processo de aprendizagem destes. O PEI é uma proposta de reorganização curricular para apoiar a mediação do professor, mapeando os conhecimentos não consolidados para que seja possível alcançar de forma significativa a abstração do conteúdo pelo aluno, é a utilização de recursos para facilitar o processo de assimilação e “[...] o desenvolvimento de caminhos diversos para que os alunos consigam atingir as metas escolares, por meio de um acompanhamento e percursos individualizados” (PERRENOUD, 1995, p. 28-29).

Quadro 1. Fontes da Pesquisa

PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI)
<p>Nome completo: Rodrigo de Azevedo Neto² Idade: Ano de escolaridade: 18 anos, 3ª Série do ensino médio. Necessidade Especial: Surdez Profunda causada por Toxoplasmose antes do nascimento. Mediador Colaborador: Interlocutora da Língua Brasileira de Sinais Professores, mediador e demais profissionais de apoio que colaboraram com a elaboração do plano: Interlocutora da Língua Brasileira de Sinais (Libras), Professores (Português, Matemática, Geografia, História, Sociologia, Filosofia, Educação Física, Química, Física, Arte, Inglês e Biologia), Coordenadoras, Diretora, Vice-diretora, Mediadora de conflitos, alunos, entre outros funcionários escolares. Terapias que a criança realiza: Não realiza terapias, quando pequeno participou de seções de Fonoaudiologia, acompanhamento médico para transtorno de bipolaridade. Observações: Toma remédio controlado para diminuição da ansiedade e aumento da concentração, pratica atividades físicas regularmente. Período de execução deste plano: 3º Bimestre</p>

² Nome fictício, a fim de preservar o anonimato do participante.

Quadro 2. Fontes da Pesquisa

DADOS SOBRE O REPERTÓRIO DO ALUNO	
<p>Como ele aprende? Qual o seu estilo cognitivo? Apresenta condições de acompanhar a turma? O aluno aprende por meio de recursos Visuais que são essenciais para a sua compreensão. Sua aprendizagem é beneficiada com: textos pequenos; palavras simples para facilitar sua leitura; iniciar as atividades a partir de exemplos e a utilização de experimentos. Acompanha a turma nas atividades mais simples; em situações mais complexas em que apresenta problemas, necessita de maior interlocução e de um tempo maior para assimilação do conteúdo.</p>	
<p>O que ele já sabe? Quais as dificuldades? Lê textos pequenos, consegue escrever suas ideias na estrutura textual, resolve operações matemáticas com números menores, consegue argumentar ideias. Apresenta dificuldades em: trocar palavras por sinônimos; em interpretação implícita; com cálculos de números grandes que possuem vírgulas; operações de divisão e com conteúdos abstratos.</p>	
<p>Existem problemas de comportamento? Quais? Tem dificuldade na comunicação com pessoas oralizadas, quando não as compreende ou não entende o sentido daquilo que está acontecendo ao seu redor, o aluno apresenta atitudes agressivas, ofensas (a todos que estiverem ao seu redor) e degradação do ambiente escolar.</p>	
<p>Quais os espaços da escola que poderão ser utilizados? Sala de informática, pátio, sala de leitura, sala de multimídia, laboratório e sala que não há alunos.</p>	

Quadro 3. Fontes da Pesquisa

Quais as competências e metas que desenvolvemos de forma adaptada?

Componente curricular:	O que será feito:	Como será feito – estratégias e materiais
Português	Interpretação dos aspectos linguísticos para reformulação de paródia e estilização.	Com textos originais e com paródias simples explicar a diferença e as semelhanças entre eles, utilizando “quebra texto” para montar outro texto.
Matemática	Funções e cálculos estatísticos.	A partir de gráficos, identificar as funções, trabalhando primeiramente a observação e a análise de dados prontos, após isso levantar dados estatísticos da própria escola, inicialmente com números menores, inserindo aos poucos as operações mais complexas. Utilizando a calculadora para confirmar os resultados. Por meio de o jogo Traversa trabalhar a concentração.
Geografia	Continente Africano	Por meio de mapas, globo, imagens, escalas e pesquisas na internet, identificar todos os características do continente africano.
História	Mundo pós-Segunda Guerra Mundial, Guerra Fria.	Utilizar imagens, filmes, vídeos, slides, mapas, sinais novos e encenações para que o aluno visualize todo o contexto da segunda guerra entendendo a situação de cada país durante e depois da guerra. Discutir pesquisas semanais realizadas pelo aluno sobre a situação atual dos países capitalistas e socialistas.
Sociologia	Desumanização e coisificação das pessoas.	Relatos de vida, seminários e busca de soluções. Pesquisas sobre nações não desenvolvidas e desenvolvidas. Jornais e sites que mostram as guerras e suas causas.
Filosofia	Proporcionar a reflexão sobre liberdade.	Fazer levantamentos sobre o tema liberdade, exposição oral dos resultados, modelos de vida para que em grupo procurem as soluções. Imagens que caracterizam pessoas livres e felizes.

Química	Desequilíbrio ambiental, poluição, extração e descarte de recursos naturais.	Por meio do projeto “Plante uma árvore” levantar indagações sobre as necessidades de preservação da natureza. Analisar a importância da Amazônia com a extração de ouro e sobrevivência humana, compreender os gases que compõe e a camada de Ozônio e possíveis medidas de correção. Observação, em laboratório, das reações químicas dos componentes estudados.
Física	Elementos constituintes da matéria, prótons e elétrons.	Resgatar os conhecimentos prévios do aluno, utilizar multimídia, informática e análise da matéria na própria escola, atividades visuais com desenhos, tabela periódica e experimentos que tornem visíveis a força que o campo magnético, elétrico e gravitacional desempenha.
Inglês	Plano profissional	Montar uma “Mandala dos Sonhos”, analisar modelos de currículos e guias profissionais, fazer o aluno ser participante e construtor do seu próprio currículo em português e inglês.
Biologia	Teoria biológica sobre a Evolução dos seres vivos.	Analisar modelos de Árvores, animais, o ser humano, através de imagens, filmes, vídeo-aula, pesquisas na internet e seminários.
Ed. Física	Torneios esportivos, lazer e trabalho.	Questionários para o aluno, para a família, discussão oral, exposição em cartazes sobre a diferença entre o lazer e o trabalho, interclasse.
Arte	Artes visuais e arte urbana	Através de vídeos, imagens na sala de multimídia o aluno desenvolverá em grupo, um desenho criativo para desenhar no muro interior da escola.

Quadro 4. Fontes da Pesquisa

<p>Relatório de Desenvolvimento do aluno no 3º bimestre, o que aprendeu:</p> <p>Conteúdo: Acompanhou o desenvolvimento da sala, porém nas aulas de Português e Matemática necessitou de maior atenção para as suas dificuldades. Em Português foi trabalhado mais oralmente, conseguiu entender a proposta da atividade, porém ao escrever sentiu dificuldades e a necessidade do uso do dicionário de Libras por desconhecer a palavra escrita de alguns sinais, então também trabalhamos em acrescentar os sinais e a grafia que ele precisa. Em Exatas elaborou gráficos e ensinou outros alunos, porém necessitou de apoio nas contas de divisão, em algumas aulas o aluno estava na lição anterior ao do professor, tivemos que retomar uma mesma lição várias vezes, isso o deixou angustiado, querendo apenas copiar as respostas da lousa. No jogo Traversa se recusou jogar em quatro competidores, porém ao perceber que os alunos se divertiam pediu ajuda para memorizar as regras. Destacou-se em Artes e Inglês, onde desenhou e pintou no muro, aumentando a proporção de seu esboço (no primeiro dia estavam em grupo de três alunos, porém nas próximas aulas apenas ele finalizou sozinho o desenho sem desanimar), em Inglês participou de todas as aulas contando para todos os sonhos dele.</p> <p>Comportamento: No início do bimestre estava doente, devido a uma dor no estômago mostrava-se agressivo com os colegas, ameaçou um grupo de alunas e tentou agredi-las (justificou dizendo que elas o incomodavam por olhar para ele diversas vezes e por parecerem metidas), desrespeitou o professor da sala com palavras ofensivas. As mães das alunas compareceram na escola e chamamos a mãe do aluno para conversar, registrou-se no caderno de ocorrência e a direção conversou com o aluno que se dispôs a mudar. Após esse dia o aluno não teve mais ocorrências, pediu desculpas, afastou-se e aos poucos tentou tornar-se amigo de cada uma novamente. A mediação conversou com a sala e acompanhou o comportamento do aluno, passando na sala diariamente. Ao final do bimestre o aluno se mostrou mais interessado e calmo, começou a participar de atividades físicas fora da escola e a se preocupar ainda mais com o futuro, melhorou o rendimento de suas notas e entregou todos os trabalhos, começou a participar de um grupo de amigos da sala (até então não havia amigos específicos).</p>
--

Como foi avaliado: Algumas atividades avaliativas foram readequadas, textos foram exigidos em um tamanho menor e com escritas mais simples, valorizando as atividades práticas. Em algumas matérias o aluno pode responder oralmente. Em Sociologia, Filosofia e História os professores passaram a revisar o conteúdo avaliativo antes, o que facilitou a memorização e o bom rendimento. Nas matérias com maior dificuldade foram considerados as potencialidades e os conhecimentos que foram adquiridos pelo aluno.

Como foi a troca e colaboração entre os envolvidos inclusive a família:

Nas ATPCS falamos com os professores das áreas de exatas, onde o aluno estava possuindo maiores dificuldades, buscamos outras formas de explicar o mesmo conteúdo de forma visual, com símbolos e imagens. Pedimos o apoio dos professores sobre o comportamento do aluno, para que todos conversassem com ele e com a sala sobre o respeito ao próximo. Dialogamos com o professor ofendido pelo aluno, que se mostrou inicialmente resistente, mas com o pedido de desculpas, percebeu o arrependimento do aluno. A mediação e a coordenação convocou uma reunião com os pais dos alunos explicando sobre a necessidade especial do aluno com surdez e pediu-lhes compreensão e que conversassem com seus filhos. A mãe do aluno Richard acompanhou todas suas tarefas, tivemos contato direto e por mensagens sobre o comportamento, os trabalhos e o rendimento do aluno, nas atividades de casa mais complexas pediu nossa ajuda.

Assim, os direcionamentos educacionais que esse PEI indicou para o trabalho colaborativo desta equipe escolar do 4º semestre, centram-se em, planejar formas de adaptações curriculares que definissem as necessidades e prioridades na aprendizagem do aluno, utilizando materiais pedagógicos que favoreciam a compressão dos conteúdos através de pistas visuais, a análise de suas capacidades e interesses descritos pelo PEI, tornando possível à busca por recursos e estabelecimento de metas de aprendizagem.

Também, o PEI auxiliou a elaboração coletiva de estratégias para alcançar objetivos para um tempo demarcado e a análise do amadurecimento cognitivo do aluno.

Os profissionais envolvidos passaram a entender e a procurar meios de avaliação que atendessem a compreensão do aluno e não apenas sua capacidade comunicativa, pois a parceria entre gestores, professores, alunos e professor especialista ajudou a sensibilizar a equipe escolar a respeito das características linguísticas e comportamentais do aluno surdo.

Com todos esses procedimentos aplicados, nós obtivemos como resultado a ampliação do tempo de concentração do aluno nas atividades e explicações, devido à organização dos conteúdos, da descrição em Libras e do desenvolvimento de sua memória visual, as aulas transformaram-se representações significativas, melhorando sua capacidade crítica, investigadora e expositiva.

Assim percebemos que, o Plano de Ensino Individualizado é utilizado como um dos instrumentos norteadores do trabalho a ser desenvolvido, deve se ater também nas habilidades sociais, na interação do aluno com a escola e a adaptação comportamental deste, visando não apenas as áreas do saber didático deve ser também um plano onde há registros, do que se sabe e dos objetivos a serem atingidos em cada período, neste caso bimestre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos neste artigo, que a importância do trabalho colaborativo na educação de surdos, juntamente ao desenvolvimento do Plano de Ensino Individualizado, são práticas escolares e sociais de construção do conhecimento, de diálogo entre os vários envolvidos no processo ensino e aprendizagem, em que a aceitação da diversidade cultural e a necessidade de

tornar acessível o ambiente escolar e o currículo, mobilizaram uma escola em busca da inclusão do aluno surdo.

Consideramos satisfatórias essas estratégias didáticas, já que através do PEI, é possível mapear os conhecimentos não consolidados pelo aluno, a equipe de professores pode planejar alternativas para que o mesmo possa alcançar de forma significativa a apreensão do conteúdo, e, o professor especialista - conhecedor da Língua Brasileira de Sinais, pode apresentar propostas de reorganização curricular, estando assim toda a equipe escolar desenvolvendo um trabalho colaborativo.

Considerando que a surdez não afeta a capacidade intelectual do sujeito, nem a sua aprendizagem, mas sim traz limitações, já que este perde, desde a sua infância, informações auditivas importantes na atribuição de significado do mundo e de si mesmo; considerando que estas perdas são os fatores causadores de transtornos psicológicos e de barreiras que devem ser sanadas e amenizadas, entendemos que somente por meio da mediação do ambiente social e educacional, de recursos didáticos e metodológicos, torna-se possível auxiliar aos docentes e interpretes no atendimento efetivo e eficaz da pessoa surda.

Neste sentido o trabalho colaborativo, se transforma em estratégia inclusiva de orientações para ações pedagógicas e a efetivação do trabalho da equipe escolar. Torna-se indispensável os conhecimentos de um especialista da área, que favorecem ao aluno a compreensão sobre os conteúdos e metas a serem alcançadas, descritas e organizadas no Plano de Ensino Individualizado, que permitirá definir uma visão ampla de análise de todo o processo educativo do aluno surdo em processo de inclusão.

Em síntese, o Trabalho colaborativo e o Plano de Ensino Individualizado na educação de surdos compreende a aquisição de novas possibilidades para se alcançar práticas pedagógicas mais efetivas, para que o currículo esteja acessível, independente das limitações que o aluno apresenta, pois são formas de apoio a toda equipe escolar, em interação de saberes visando às necessidades educacionais a serem atendidas de forma efetiva e significativamente.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, M. W.; ENUMO, S. R. F. Inclusão escolar e deficiência mental: análise da interação social entre companheiros. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 9, n. 1, p. 101-111, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n1/22386.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2018.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 27 dez. 2018.
- BRASIL. **Lei nº 9.394/96**, de 20 de dez. 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.
- BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 27 dez. 2018.

CRUZ, M. L. R. M.; MASCARO, C. A. A. C.; NASCIMENTO, H. A. Plano de Desenvolvimento Psicoeducacional Individualizado: percurso inicial para elaboração e aplicação. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL – AS REDES EDUCATIVAS E TECNOLÓGICAS*, 4, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. p. 1-17.

GLAT, R. **A Educação Especial no contexto da Educação Inclusiva**: diretrizes políticas e ações pedagógicas. Relatório Científico do projeto CNPQ 2010-2012. Rio de Janeiro: 2012.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D. **Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. E. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais**: Desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

MANTOAN, M. T. E. **O desafio das diferenças nas escolas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MARIN, M.; BRAUN, P. Ensino colaborativo como pratica de inclusão escolar. *In: PLETSCH; GLAT, R. Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 49- 64.

OLIVEIRA, L. A. **Fundamentos Históricos, Biológicos e Legais da Surdez**. Curitiba: ESDE Brasil S.A, 2011.

PERRENOUD, P. **Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar**. Portugal: Porto editora, Coletânea Ciência da Educação, 1995.

SECRETARIA DA EDUCACÃO. **Material de Apoio ao Currículo do Estado de São Paulo**: caderno do aluno de Física 2ª serie. 2014-2017. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2014.

SOARES, M. A. L. **A Educação do Surdo no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1999.

VALLE, B. de B. R. do. *et al.* **Fundamentos teóricos e metodológicos da educação especial e inclusiva**. Curitiba: IESDE, 2018. Disponível em: <https://www.unoeste.br/Site/AVA/Modulo/VisualizarIESDENovo.aspx?atmId=1262382&cavmId=104992&discId=142521>. Acesso em: 11 abr. 2021.

Recebido em:
Modificado em:
Aceito em: